



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - CARF			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0370/16	DATA: 10/05/2016	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 11h00min	TÉRMINO: 13h01min	PÁGINAS: 53
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Auditor Fiscal da Receita Federal. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Auditor Fiscal aposentado da Receita Federal.			
SUMÁRIO			
Tomada de depoimento.			
OBSERVAÇÕES			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal, bancos e grandes empresas mediante supostos pagamentos de propinas para manipular resultado de julgamento ocorrido no ocorrido no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Não havendo ainda quórum, nós vamos pular o item 2, que seria a discussão e aprovação da ata.

Item 3. Dou como lido o Expediente, tendo em vista a distribuição de um resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão.

Destaco que foram recebidos novos documentos da 10ª Vara da Justiça do Distrito Federal e do Ministério Público, casos Qualy Marcas e Bozano, os quais estão à disposição. Na reunião passada, o Deputado Marcus Pestana solicitou que fosse revisto o horário e nós colocaremos o item em discussão quando houver quórum.

Comunico que estivemos, na quinta-feira, acompanhados dos assessores Adriano e Juliana, à 10ª Vara Federal, conversando com o Juiz Vallisney de Souza Oliveira sobre a CPI do CARF e procedimentos da Justiça.

Audiência pública.

Iniciaremos agora audiência pública para a oitiva dos Srs. Eduardo Cerqueira Leite e Jeferson Ribeiro Salazar. Convido os dois para se sentarem à mesa, acompanhados dos seus advogados.

O Sr. Eduardo Cerqueira Leite, servidor da Receita Federal, aqui comparece em atendimento aos Requerimentos nºs 10, de 2016, do Deputado Rubens Bueno; 128, de 2016, do Deputado Izalci; 151, de 2016, do Deputado Joaquim Passarinho; 175, de 2016, do Deputado Carlos Sampaio; e 316, de 2016, do Deputado Ivan Valente.

O Sr. Jeferson Ribeiro Salazar, auditor fiscal aposentado da Receita Federal, foi convocado em atendimento aos Requerimentos nºs 15, de 2016, do Deputado Rubens Bueno; 119, de 2016, do Deputado Izalci; 152, de 2016, do Deputado Joaquim Passarinho; 158, de 2016, do Deputado Carlos Sampaio; e 322, de 2016, do Deputado Ivan Valente.



No presente momento, há duas denúncias em desfavor dos depoentes. Na primeira denúncia, Jeferson Ribeiro Salazar foi denunciado por oferecer vantagem indevida a Lutero Fernandes Nascimento e Eduardo Cerqueira Leite, para beneficiar JS Administração de Recursos S.A., empresa do Grupo Safra, que caracteriza corrupção ativa. Eduardo Siqueira, por seu turno, foi denunciado por aceitar tal vantagem, o que caracteriza corrupção passiva.

Na segunda delas, Jeferson Ribeiro Salazar foi denunciado por oferecer vantagem indevida a Luiz Lutero Fernando Nascimento e Eduardo Cerqueira Leite, para credenciar-se à Companhia Bozano, sucedida pelo Banco Santander, o que caracteriza corrupção ativa. Eduardo Cerqueira Leite, por seu turno, foi denunciado por aceitar tal vantagem, o que caracteriza corrupção passiva.

Os depoentes foram denunciados juntamente com Jorge Victor Rodrigues e Lutero Fernandes do Nascimento, os quais compareceram a esta CPI na semana passada. Gerson Ribeiro Salazar é bacharel em Direito, advogado inscrito na OAB sob o nº 211928, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil aposentado e exerceu o cargo de superintendente da Receita Federal do Estado de São Paulo, um dos mais importantes cargos da instituição.

Eduardo Cerqueira Leite, engenheiro e administrador com pós-graduação em Contabilidade e Finanças, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil; atuava na Delegacia Especial de Instituições Financeiras — DEINF, especificamente na Divisão de Tributação, e atuou como chefe da Divisão de Orientação e Análise Tributária do DEINF até março de 2015.

Passo a palavra ao Sr. Eduardo Cerqueira Leite, para as suas considerações.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, antes de passar a palavra ao Sr. Eduardo, eu queria fazer uma indagação a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está aqui no *Painel* do UOL o que nós discutimos na semana passada. Está aqui a matéria:

“Executivos e representantes de empresas foram até a CPI do Carf reclamar de terem sido procurados por deputados que exigiam dinheiro para evitar convocações.



‘A comissão se tornou instrumento de chantagem e achaque’, reconhece um dos integrantes do colegiado. Em encontro fechado, membros da CPI repassaram a um investigador da Zelotes uma lista dos 152 alvos da comissão parlamentar. Desses, ao menos 20 pessoas não têm ligação direta com a operação da PF.”

Eu indago a V.Exa., pois eu não tomei conhecimento, se houve essa reunião fechada. Alguém procurou V.Exa.? O Deputado Ildo falou na última reunião sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Nós nunca fizemos reuniões para receber empresários para apresentarem suas queixas. Nós fizemos uma reunião fechada aqui — o senhor estava presente — com o Procurador da Justiça.

Estou fazendo um comunicado da Comissão para o jornal, esclarecendo os fatos. Há um dado que é verídico — não, talvez, o número correto —, mas nós apresentamos ao Relator, todos aqueles requerimentos foram apresentados, e ele falou que vinte ou vinte e poucos daqueles não tinham sido mencionados. Isso é verdade. Alguém passou essa informação da Comissão. Mas nós não recebemos nenhum empresário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Comissão precisa tomar alguma providência.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Foi feita alguma nota, Sr. Presidente, sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Saiu na *Folha de S.Paulo* hoje. Nós estamos providenciando e vamos entrar em contato. Já tentei, mas não consegui, ainda não chegou ninguém na redação, e nós vamos dar uma nota da Comissão.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - É muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - É muito grave.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em primeiro lugar, quero dizer que eu não estou conseguindo registrar a minha presença nem aqui nem na outra reunião. Estou com dificuldade de registrar a presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. já está registrado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em segundo lugar, eu acho que é muito grave essa nota, principalmente porque o Supremo Tribunal Federal, no voto do Ministro Teori Zavascki, que afastou o Presidente Eduardo Cunha da Presidência da Casa e das suas funções como Deputado, descreve um conjunto de motivos; e, quando ele descreve esse conjunto de motivos, ele cita textualmente um esquema, considerado pelo Supremo Tribunal Federal um esquema criminoso, no qual requerimentos eram apresentados em CPIs, em Comissões da Casa, venda de medidas provisórias, venda de projetos de lei. Cita, por exemplo, o episódio em que foram apresentados 38 requerimentos da Casa relativos a uma determinada empresa e que esses requerimentos tinham por objetivo promover um achaque, cobrar propina para que os requerimentos fossem retirados ou alcançassem determinados objetivos.

Num momento como esse — e esta CPI é uma CPI importante —, em que vem à tona uma notícia como essa, imediatamente as pessoas fazem um *link* entre as duas coisas. Então, acho que V.Exa., como Presidente — e eu tenho a absoluta convicção de que ninguém mais do que V.Exa. se preocupa com a lisura do trabalho desta Comissão —, deve buscar informações sobre isso.

Quem sou eu aqui para, *a priori*, dizer que isso não aconteceu. Se nós temos o STF dizendo que é uma organização criminosa chefiada pelo Eduardo Cunha, que se utilizava da pauta da Câmara, das Comissões da Casa, das CPIs, para vender facilidades e para trocar vantagens, quem nos garante que essa organização não tem algum tipo de envolvimento nisso?

Eu acho que é algo muito grave e peço a V.Exa. que, inclusive, talvez com a Polícia Federal e com o Ministério Público Federal, busque algum tipo de informação. Se não há nada, ainda o pouco nós não soubemos. Por isso, inclusive há aquela nossa preocupação sempre de não aprovar aqui um monte de requerimentos, de ter muito cuidado na aprovação dos requerimentos, exatamente para evitar esse tipo de conduta ilegal, lamentavelmente detectada pelo Supremo



Tribunal Federal e que levou ao afastamento do Eduardo Cunha não só da Presidência da Casa, mas do seu próprio mandato.

Então, eu acho que, talvez, valesse a pena um contato de V.Exa. com a Polícia Federal, com o Ministério Público Federal, para nos ajudar a detectar se, eventualmente, há alguma movimentação suspeita nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

Antes de passar a palavra ao Deputado Arlindo, eu vou fazer um esclarecimento. Eu não apresentei, Deputado Pimenta, nenhum requerimento, mas sou o responsável, e único responsável, pela pauta. Não dividi a responsabilidade da pauta com ninguém. Eu sou o responsável.

O primeiro critério de pauta — e eu disse aqui que ia ser só naquela reunião — era por ordem de chegada e pela quantidade de requerimentos para aquela pessoa. Isso foi apresentado na primeira reunião. O segundo critério para pautar os requerimentos foram os denunciados. O terceiro — que é essa pauta de agora, que nós vamos ter hoje —, são aqueles relativos às últimas discussões aqui na Casa. Quando chegar a hora de ler o requerimento, para cada um eu vou falar o critério.

Nós precisamos realmente ver se isso é verdadeiro. Não levanto nenhuma suspeita sobre nenhum. Quero lhe dizer que eu estive com o Presidente Eduardo Cunha uma vez tratando da CPI, e a preocupação dele foi exatamente essa preocupação que V.Exa. levanta, que já estava lá no Tribunal essa questão e que nós não poderíamos passar por esse constrangimento aqui, que é para não ter esse tipo de coisa. Foi a única vez que eu estive com o Presidente.

Então, quero dizer a V.Exas. que até agora eu me responsabilizo pela pauta. Não recebi nenhuma queixa de nenhum advogado. Não fiz reunião nenhuma para receber nenhuma queixa de que eles estariam sendo achacados. Se eu receber, eu trarei ao Plenário. Não tenho compromisso, como já disse uma vez, com o erro.

E nós podemos estar sendo, se houver isso, traídos por um ou outro malfeitor. E, aí, nós precisamos separar essa maçã ruim da Comissão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu gostaria de saber se o Relator foi procurado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - O Deputado Arlindo Chinaglia está inscrito. Depois eu passo a palavra a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, assim como V.Exa., eu também não apresentei nenhum requerimento, mas eu acho que isso não leva — e eu sei que V.Exa. pensa exatamente igual — a qualquer tipo de suspeita contra quem apresentou qualquer tipo de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mas eu falei isso para ressaltar que a pauta é de minha responsabilidade, e eu não vou fugir dela.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E eu estou dizendo isso exatamente porque eu me sinto completamente à vontade com o que eu vou falar a seguir: primeiro, é uma coluna, e, como é próprio de coluna, não há a fonte.

Eu quero chamar a atenção para o fato de que nós temos aqui dois limites que nós temos que respeitar. Primeiro, nós temos que fazer o trabalho, que nós acreditamos que devemos fazer, no sentido de esclarecer e de, eventualmente, descobrir mais coisas, fazer propostas etc. O outro limite é exatamente esse que os pares que me antecederam, inclusive V.Exa., já abordaram. Todo cuidado é pouco do ponto de vista de qualquer Parlamentar ou de a própria CPI estar sendo vendida por aí.

Segundo ponto: nós também não podemos cair num outro extremo. Imaginem um empresário que tenha o interesse de não comparecer à CPI. É só plantar, e é fácil plantar, num órgão de imprensa qualquer — e o jornalista não necessariamente saberá que aquilo é apenas uma plantação —, para evitar que ele venha aqui.

Eu sugeriria, então, a V.Exa. que, ao esclarecer junto ao jornal, convide o responsável ou a responsável pela coluna, que, se quiser vir à CPI dizer quais são os executivos e/ou empresas que estão sendo achacadas, vai poder nos ajudar, porque nós não temos nada a temer. O melhor é vir aqui e denunciar, na cara de todo mundo, porque também não dá para uma nota qualquer fazer com que a CPI tremam frente às suas tarefas. Então, há esses dois extremos.

Eu concordo com a proposta do Deputado Pimenta. Eu acho que nós deveríamos fazer uma representação na Polícia Federal para que investigue também, porque é um absurdo. O trabalho mal começou. V.Exa. já explicou os



critérios. Nós estamos apenas perguntando, na maior parte das vezes, de forma infrutífera, por causa dos *habeas corpus*, etc. Ninguém vem aqui confessar. Nós nem começamos ainda o trabalho. Nós não vamos abdicar do trabalho nem vamos permitir que, como V.Exa. disse, algum malfeitor se utilize dele de forma inadequada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito bem. Muito obrigado.

Eu vou me resguardar e não levarei ainda o caso à Polícia Federal, porque, quando eu li a nota, o meu sentimento foi o seguinte: começamos a preocupar. Está certo? Não tenham dúvida de que eu direi para V.Exas. se eu não tiver condição de definir um critério firme sobre a pauta. Por enquanto ainda não precisei fazê-lo. Mas, quando vi a nota, eu disse: "*Começamos a preocupar*". Se houver um malfeitor, ele vai ser descoberto, não tenham dúvida. O mal não sobrevive por muito tempo. Não há conluio com esta Presidência. Fiquem certos disso. Então, não me preocupa muito o que sai no jornal, porque eu sei o que estou fazendo e sei com quem eu estou tratando. Mas, se chegar até a mim, não tenham dúvida de falarei com a maior tranquilidade, sem zanga, sem aborrecimento.

Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quero lembrar que ontem houve uma decisão com relação ao ex-Ministro Mantega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Está previsto para o dia 19.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Houve a questão da CPMI da PETROBRAS. Eu acho que o Relator já disse que ninguém o procurou, que ninguém disse nada a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Só um minutinho, primeiro vamos ouvi-los. V.Exa. vai fazer uma pergunta a ele?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como V.Exa. não foi procurado, queria perguntar ao Relator se ele foi procurado por algum empresário ou por alguém, questionando se estaria sendo achacado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Não, eu não fui procurado por nenhum empresário. Não tenho atendido empresários. Também parto da



premissa do que o Deputado Arlindo Chinaglia e o Presidente Pedro Fernandes disseram: que a CPI começou a incomodar. Nós não podemos, Deputado Izalci, ser acusados de blindagem. Ninguém está acima do bem ou do mal. Nenhum empresário brasileiro, nenhum banqueiro, nós, seja lá quem for, está acima do bem ou do mal. Então, não podem nos acusar de blindadores, como o fomos no início desta CPI, nem de achacadores. Isso é inadmissível.

Acho até que, na reunião da semana passada, os ânimos estiveram um pouco exaustados. Eu peço serenidade a esta CPI e que os nossos pares tenham consciência do que falam. E, quando falarem alguma coisa, que provem também.

São essas as nossas ponderações. Todos os requerimentos que apresentei foram muito genéricos, exceto um, que vai ser aprovado hoje, sobre o maior sonegador do Brasil, como foi dito pelo Procurador Federal. Esse requerimento é de minha autoria, junto com mais cinco autorias.

Então, se este está sob suspeição, vamos votá-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito bem.

Eu peço aos Srs. Deputados critério na aprovação. Se não concordarem, encaminhem contra, para que fique registrado.

Quero apenas fazer uma correção: eu disse que não fui procurado por ninguém para reclamar de achaque. Tenho sido procurado por vários advogados e eu tenho pedido que eles façam o registro por escrito para eu entregar na Comissão, e por isso nós temos adiado algumas oitivas por questão de doença.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Cury e depois ao Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator e caros colegas!

Eu gostaria também de pontuar sobre esse caso que nos incomoda tanto. Não foi só a nota no *Painel*. Quero relatar que também houve nota do Lauro Jardim, algumas semanas atrás, relativa ao Deputado Altineu, da qual eu só tomei conhecimento por ele mesmo, nesta Comissão. Houve uma nota hoje da conceituada jornalista Mônica Waldvogel.



Esse quadro me causa bastante incômodo, como acho que deve causar a V.Exas. Eu vou pela tese de que devemos fazer um pedido à Polícia Federal para instaurar um inquérito.

Discordando, com todo o respeito, do Sr. Presidente, acho que é a forma correta de ficarmos isentos nessa questão, sem nenhum prejuízo a autores de requerimentos. A votação a favor ou contra é um direito próprio de cada um, mas a questão é o achaque externo. Eu não estou fazendo julgamento de quem vota a favor ou de quem vota contra aqui dentro, mas o que causa desconforto é o possível ou não achaques externos.

Então, na minha opinião, a Polícia Federal deve ser notificada para que proceda à instauração de inquérito.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou pedir à Comissão... Eu vou falar com todos os jornalistas. Eu não vou fazer isso ainda, mas, se houver algum requerimento pedindo isso, eu o colocarei em votação, para que todos nós assumamos a iniciativa.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Deputado Eduardo Cury chegou a esta Comissão agora; nós chegamos juntos e estávamos conversando quando o Presidente dava uma explicação, então eu não sei se, a tempo, o Deputado ouviu. Mas eu quero dizer que eu concordo com a ponderação dele, mas também com a de V.Exa., Sr. Presidente. A oportunidade de nós chamarmos a Polícia Federal será dada por V.Exa., em função também das informações que V.Exa. diz querer colher.

Isso também me incomodou. Nós conhecemos os Deputados que fazem parte desta Comissão. Nós conhecemos o intuito da formação desta Comissão, por isso veio para cá um grupo de Parlamentares — e posso dizer — da melhor espécie, para poder fazer uma apuração sobre as fraudes da Receita.

Todavia, não pode pairar sobre os Parlamentares desta Comissão qualquer dúvida sobre fato externo, nem a eventualidade de achaque, nem a eventualidade de se querer blindar a vinda de alguém aqui, pois há um requerimento que, de certa forma, foi aprovado de comum acordo, mas seria como se não o fosse. Essa é a grande questão.



Amanhã, se o Deputado Cury, o Deputado Hildo, o Deputado Júlio e outros Deputados votarem contra a colocação em pauta de determinado requerimento, vão chamar de blindagem a não convocação de determinada pessoa que está sendo apurada aqui.

Então, quero cumprimentar V.Exa. por querer tomar ciência da apuração e pela atitude tomada diante das manifestações. Quando eu cheguei, estava falando o Deputado Paulo e depois os Deputados Arlindo, Izalci e Cury.

Portanto, quero dizer a V.Exa. que concordo com o Deputado Eduardo Cury no sentido de fazermos uma seletividade com relação a isso. Em primeiro lugar, faça a investigação que V.Exa. julgar necessária no âmbito da Comissão, internamente. Caso seja necessário, mais à frente eu vou subscrever, junto com o Deputado Eduardo Cury, requerimento para que essa investigação com relação à apuração de eventuais achaques e blindagens a quem quer que seja também possa acontecer na CPI. Nosso intuito aqui é outro.

Eu concordo com a ponderação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputado Júlio.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, dizer que o noticiário a respeito da CPI é muito grave.

Vejam, a CPI está fazendo investigações a respeito de uma temática, que inclusive já foi alvo de CPI no Senado, sobre a qual gira muito o poder econômico.

Quando uma notícia no *Painel* do maior jornal do País diz que “*executivos e representantes de empresas foram até a CPI do Carf reclamar de terem sido procurados por deputados que exigiam ...*”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. me permite? “*Foram à CPI.*” Onde? À Comissão?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eles estiveram aqui?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É onde eu quero chegar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eles não estiveram aqui.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. e o Deputado Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eles estão dizendo: "Foram à CPI". Não foram até o Presidente, não foram até o Relator, foram à Comissão. Não é isso?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Desculpem-me...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Leia a nota.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - As notas que eu li não falavam desse teor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - A que está hoje na *Folha de S.Paulo* é essa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está na *Folha de S.Paulo*, no *Painel*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Leia de novo, por favor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não sei se os Deputados já tinham lido. Eu vou ler:

"Executivos e representantes de empresas foram até a CPI do Carf reclamar de terem sido procurados por deputados que exigiam dinheiro para evitar convocações. 'A comissão se tornou instrumento de chantagem e achaque', reconhece um dos integrantes do colegiado. Em encontro fechado, membros da CPI repassaram a um investigador da Zelotes uma lista dos 152 alvos da comissão parlamentar. Desses, ao menos 20 pessoas não têm ligação direta com a operação da PF."

Veja, Sr. Presidente, há afirmações aqui bastante concretas. Está escrito: "Em encontro fechado, membros da CPI repassaram a um investigador"...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Essa segunda parte é verdade. Alguém passou isso aí, mas eu acho que é zelo da Comissão. Eu apresentei a todos os que estavam presentes na reunião fechada uma lista de todos os requerimentos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, é claro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - E ele disse realmente aqui que mais ou menos 20 daqueles não estavam. Foi zelo nosso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu queria sugerir a V.Exa...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Procede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Isso é zelo. Procede, alguém falou.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria sugerir a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria concluir.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Perdoe-me, Deputado, mas quero aproveitar esse interregno para que V.Exa. explique exatamente isso. Foi iniciativa da CPI ouvir a autoridade que coordenava a investigação na sua instituição, para ver se havia algum exagero. E, quando nessa reunião, esta autoridade dizia que ali não havia nenhum indício, isso ficou para uma avaliação posterior da própria CPI. Não está nem proibido chamá-la, mas ficou evidente o desestímulo quando foi dito que 20 não tinha nada a ver com o caso.

Eu acho que é bom esclarecer o zelo a que V.Exa. se refere.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Há três partes nesta denúncia: a primeira, empresários não vieram à Comissão, é mentira; a segunda, nós fizemos uma reunião fechada, com um investigador, e mais ou menos 20 não foram nem citados, nem mencionados. Ele disse: *“Olhe, não conheço”*. Isso é verdade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Se for verdade que um Deputado disse isso — o jornal diz: *“membro disse”* —, eu lamento que esse canalha esteja no anonimato.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Ele deveria vir aqui dizer.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu sou de uma terra em que ninguém acredita em carta anônima.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois é. Então, ele deveria vir aqui nos dizer. E faço essa ênfase no “canalha” para provocá-lo, porque não é verdade isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não é verdade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Ou pelo menos não há evidência de que a Comissão esteja fazendo isso. O X-9 que passou essa informação disse: “*É pena que está servindo*”. Não é verdade isso. Se for verdade e se esse cidadão tiver caráter, diga: “*Olhe, eu recebi essa informação*”. Pronto, é algo concreto para se investigar.

Vamos em frente ou alguém mais gostaria de...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu quero concluir o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, a palavra está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. destrinchou a nota em três partes. Eu quero dizer o seguinte: já houve dois embates aqui, pelo menos, que eu pude... Na semana passada, eu não pude vir por causa do caso Cunha. Aqui está acontecendo coisas todos os dias.

V.Exa. desmembrou a nota em três partes: “*Foram até a CPI do Carf*”. A afirmação é peremptória: “*Foram*”. Então, alguém foi.

Segundo, nós já tivemos embates aqui para aprovação de requerimentos.

Terceiro, eu não estava presente à reunião, mas minha assessoria estava, em que houve um embate entre Parlamentares sobre esta mesma questão: blindagens e achaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Foi preocupação para não se tornar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim. E há um histórico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - O histórico foi colocado pelo Deputado Paulo Pimenta, que disse que o próprio Teori falou isso.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Há o histórico da CPI da PETROBRAS, da qual participei, e do caso Schahin, que foi amplamente divulgado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, como foi feito, e está sendo amplamente investigado. Então, nós temos um histórico.

Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer que, por exemplo, eu adotei na CPI da PETROBRAS a minha posição, a do PSOL, de convocar todas as pessoas que são necessárias serem convocadas. Não há negociação: não chama o Fulano que eu não chamo o Sicrano. Não há esse negócio. Chamem todo mundo que for necessário, que for relevante para o processo investigativo. Ponto.

Em segundo lugar, é preciso ter consciência de que aqui se lida com recursos. Vejam esse do Safra hoje. Nós estamos falando de 1 bilhão e 800 milhões de reais. Não é pouca coisa. Então, nós temos que estar muito atentos a isso.

Nesse sentido, eu quero dizer que eu não tenho nenhum problema que a CPI mesmo mande investigar pela Polícia Federal essa questão. Eu aprovo. Se vier o requerimento, eu o aprovo na hora. Eu quero que V.Exa. pense nessa questão.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Vou passar a palavra ao Deputado Hildo Rocha. Depois falará V.Exa., Deputado Silas.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Deputado Pedro Fernandes, Presidente da Comissão, Sr. Relator, Deputado João Carlos Bacelar, demais Deputados, com relação a essa matéria que saiu na coluna *Painel* do jornal *Folha de S.Paulo*, eu acho que seria interessante realmente conversar com a jornalista que escreve — parece que é uma mulher — essa coluna, para termos mais informações a respeito. Eu entendo que nenhum jornalista iria escrever uma matéria dessas se não tivesse certeza. Ninguém chega a uma irresponsabilidade desse tamanho. E ela está bem informada, porque, de fato, aqui nós tivemos uma audiência reservada com o Procurador da República que está tratando do caso. E, de fato, havia uma lista. Ele examinou essa lista, olhou nome por nome e viu que algumas pessoas era apenas a mídia, não é que Deputado botou nome aqui também. Temos que esclarecer isso. Os nomes que foram solicitados para serem convidados ou convocados por esta Comissão foram dados com base em informações da própria mídia. No entanto,



essa informação de que algum Deputado está cobrando propina, fazendo achaque, para que determinados empresários não sejam convocados, eu acho que...

A conversa que o Deputado Arlindo Chinaglia propôs aqui com a jornalista seria importante. Se ela tiver uma informação ainda melhor, que ela seja convidada para vir a esta CPI para democratizar com todos os membros desta Comissão e com a população brasileira.

Era essa a consideração que eu tinha a fazer. Se todos estiverem de acordo, que seja feito um ofício à Polícia Federal para que investigue. Não custa nada investigar. Quem estiver limpo, tudo bem. Quem estiver com problemas, vai ter que responder pelos seus atos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito bem. Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Eu só faço um esclarecimento: eu acho que jornalista não é para vir aqui. Jornalista é para informar mais no jornal. Se ele tem informações, pode escrever à vontade lá. Eu acho que é isso.

Com a palavra o Deputado Silas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O sentido é de contribuir com a CPI.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Eu inclusive falo com V.Exa. como jornalista de carreira que sou. Eu não vejo nenhum problema em amistosamente e educadamente convidar a jornalista. Ela tem o direito de preservar a sua fonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Foi um jornalista que passou...

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Então, ela tem o direito de preservar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - É ele.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - É ele? Ele tem o direito de preservação da sua fonte, mas tem também o direito até de dar mais veracidade à informação dele dando-nos um norte.

Eu só queria perguntar a V.Exa. — desculpe-me, cheguei um pouco atrasado — qual é a posição oficial da Mesa da Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós temos que sair com uma posição daqui. Jogou-se todo mundo na vala comum. Qual é a posição? A posição é um ofício à Polícia Federal para que apure? É convidar o



jornalista? São os dois fatos: convidar o jornalista, se ele quiser vir, e também oficializar a Polícia Federal para investigar? Precisamos sair hoje daqui com uma posição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu já havia afirmado aqui, Deputado Silas, que eu vou entrar em contato com o jornalista não só dessa coluna, mas com outros. Vamos trocar umas ideias. Se houver alguma coisa mais grave — foi muito grave —, nós convidaremos para vir aqui ou apresentaremos uma proposta de abertura de inquérito.

Veja que eu dividi essa nota em três. Uma, é mentirosa a primeira parte. A última parte é verdadeira. Nós tivemos aqui — eu pelo menos fiz uma primeira reunião com o Relator, e a assessoria, com um investigador sobre todos os requerimentos. Ele me passou uma posição. Eu achei por bem trazer a todos da Comissão. Não fiquei só eu com a informação, nem o Relator. Trouxemos. E ele confirmou tudo aqui e mais alguma coisa, porque havia mais Deputados arguindo.

Agora, apareceu um X-9 dizendo que a Comissão se tornou um verdadeiro achaque. Isso não é verdade. Peço, se for verdade e se for um Deputado, que S.Exa. apresente isso, porque não pode se esconder no anonimato.

Mas, como nós temos tempo, a verdade chegará. Esta CPI está começando.

O que eu acho é o seguinte: quando vi a nota, a minha impressão — não sou jornalista e sinto inveja de quem é, porque é doutor em comunicação — foi de que começamos a incomodar.

Vejam bem, em 1999, quando eu cheguei aqui, em março de 1999, recomendaram-me um curso de mídia, e eu fui fazer o curso de mídia. Na primeira aula do Prof. Joel — parece-me que é este o nome —, ele definiu o que é jornalismo: *“Jornalismo é a arte de separar o joio do trigo e publicar o joio”*. Foi a primeira lição de jornalismo que ouvi. Eu gosto de ver isso, porque nós vamos tomar mais cuidados e prestar mais atenção no que está acontecendo ao nosso redor.

Vamos em frente, que nós vamos apurar isso aí. Fiquem tranquilos.

O Deputado Paulo Pimenta pediu a palavra. S.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero só concluir, Sr. Presidente, para arrematar, como se diz, a minha posição.



Se estivéssemos vivendo um momento normal, talvez essa nota passasse despercebida, mas, como o Supremo Tribunal Federal, na quinta-feira, no voto que afastou o Presidente Eduardo Cunha, descreve o funcionamento, dentro da Casa, de uma prática criminosa semelhante a esta a que a nota faz referência... Eu li o voto do Ministro Teori Zavascki, ele é taxativo: um grupo agindo como uma organização criminosa que vende requerimentos, emendas e projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com certeza, já está sendo apurado. Se o Ministro deu esse parecer, ele já está sendo apurado. Isso é bom para nós.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Acho muito importante a posição de V.Exa. Acho que é a segurança e a garantia, agora. Os colegas têm razão: dependendo de como isso evoluir, vamos ter que recorrer à Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com certeza!

Eu vou voltar ao item 2 da pauta, que trata da ata. Temos quórum.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 13ª Reunião Ordinária desta Comissão, ocorrida em 5 de maio de 2016.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Júlio Delgado.

Em discussão à ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos à audiência pública.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Cerqueira Leite para as suas considerações iniciais. V.Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Pedro Fernandes, Exmo. Sr. Relator, Deputado João Carlos Bacelar, demais Deputados membros desta Comissão, a minha apresentação praticamente já foi feita nas palavras do próprio Presidente. Eu sou servidor da Receita há quase 19 anos. Exerci, ao longo desses anos, a minha atividade basicamente em uma única



unidade da Receita. Nunca prestei serviços nos quadros do CARF, nem como conselheiro, nem tampouco ocupando qualquer outra função dentro desse organismo. Já estive aqui neste Congresso participando como convocado da CPI do CARF que ocorreu no Senado Federal, àquela época como investigado. Hoje estou aqui na condição já de denunciado — como disse o Presidente também no início das suas palavras —, em dois processos. Gostaria de ressaltar que o Presidente não mencionou, e eu acho bastante prudente dizer, com respeito aos nobres Deputados, que eu estou munido de um *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal, um direito constitucional que me assiste de permanecer em silêncio. Em consonância com a recomendação dos meus advogados, eu vou me reservar o direito de permanecer em silêncio, mesmo porque, em breve, terei que prestar contas à Justiça Federal. Portanto, as minhas considerações são essas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Sr. Eduardo Cerqueira Leite.

Quero firmar que tanto o Sr. Eduardo Cerqueira Leite como o Sr. Jeferson Ribeiro Salazar apresentaram dois *habeas corpus* aqui, dados pelo Supremo Tribunal Federal.

Passo agora a palavra ao Sr. Jeferson Ribeiro Salazar para as suas considerações iniciais. O senhor dispõe de 15 minutos.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Exmo. Sr. Deputado Federal Pedro Fernandes, Exmo. Sr. Deputado Federal João Carlos Bacelar, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, demais autoridades aqui presentes, Deputados, Procuradores da República, Delegados da Polícia Federal, da Receita Federal, e outras pessoas e convidados que aqui estão, meu nome é Jeferson Ribeiro Salazar, tenho 72 anos, sou advogado. Servi, por 24 anos, nos quadros da Receita Federal e ocupei, numa linha hierárquica de baixo para cima, ou seja, na linha ascendente, todos os cargos de chefia, com exceção de Secretário da Receita. Não consta na minha ficha funcional nunca, nada, absolutamente nada, nenhuma convocação, nem como testemunha, durante esse tempo em que fiquei na Receita. Sou alvo da Operação Zelotes, também, como já ouvi falar aqui, em duas investigações em que estão me denunciando por crime que eu não cometi. Tenho absoluta certeza que



não cometi. E a minha grande satisfação é prestar a todos os senhores que estão aqui e à sociedade brasileira, que estão nos vendo e nos ouvindo neste momento, é que o final será a minha total absolvição. Não tenho dúvida disso. Não pratiquei nenhum dos crimes que estou sendo indicado. Por outro lado, por orientação do meu advogado, Dr. Pedro Oliveira, mediante *habeas corpus*, a orientação dele é que eu permanecesse em silêncio por todas as perguntas que viessem a mim ser feitas. Quero, por último, externar a esta Comissão e a todos os seus membros o meu mais absoluto e irrestrito respeito constitucional, legal e regimental, mas peço vênias aos senhores para ficar silente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Sr. Jeferson Ribeiro Salazar.

Passo agora à fase das interpelações.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado João Carlos Bacelar, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Deputado Pedro Fernandes, Sras. e Srs. Deputados, senhores depoentes, vou fazer a primeira pergunta para o Sr. Eduardo Cerqueira Leite.

V.Sa. é acusado de despachar, em 23 de janeiro de 2013, para que processos de interesse da companhia Bozano fossem juntados e reenviados à Procuradoria da Fazenda Nacional, mesmo sem solicitação do órgão. O que V.Sa. tem a dizer a respeito desse fato?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Sr. Deputado Relator, Exmo. Deputado João Carlos Bacelar, como disse anteriormente, eu vou me reservar o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. é acusado de minutar um contrato do Banco Bozano Santander com empresas de consultoria. O que V.Sa. tem a dizer a respeito do fato?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Mais uma vez, entendo a pergunta, respeito a pergunta que o senhor me endereça, mas vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. é acusado de negociar despacho decisório da DEINF em favor do Banco Bozano Santander. O que V.Sa. tem a dizer a respeito desse fato?



O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Mais uma vez, lamento reiterar, Sr. Relator, mas vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. é acusado de enviar um *e-mail* no qual narra ter almoçado com pessoa de Brasília muito atuante e bem relacionada, e que poderia trabalhar na solução dos processos no CARF. Quem seria essa pessoa? Seria ela Jorge Victor Rodrigues?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Sr. Deputado, com todo o respeito ao senhor e à pergunta, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Afirma-se que V.Sa. tratou, no caso Bozano Santander, com o Procurador da Fazenda Nacional Wagner Pires de Oliveira. O que V.Sa. tem a dizer a respeito do fato?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Nada a declarar, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. é acusado de minutar petições a serem apresentadas para a Procuradoria da Fazenda Nacional. O que V.Sa. tem a dizer a respeito desse fato?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Não tenho nada a declarar, Deputado, com todo o respeito ao senhor.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Eduardo Cerqueira, V.Sa. poderia fazer um grande serviço à Nação brasileira e a esta CPI. V.Sa. gostaria de fazer uma audiência reservada aqui, com os pares desta Comissão e com esta Mesa Diretora, para poder esclarecer alguns fatos? Acho que V.Sa. poderia ajudar esta Comissão. O que o senhor pode dizer? O senhor quer fazer essa audiência pública reservada?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Reitero o que disse: reconheço o objetivo da CPI, reconheço o papel dos nobres Parlamentares, mas eu vou me reservar o direito de ficar em silêncio. E não haveria necessidade nenhuma de uma sessão fechada.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Nós compreendemos o direito constitucional de V.Sa., mas em minha terra há um ditado: "*Quem cala consente*".

Então, o senhor poderia aqui nos ajudar a, pelo menos, responder parte dessas perguntas. Eu acho que há algumas perguntas aqui que iriam elucidar



muitos temas desta CPI e que V.Sa. poderia contribuir. É uma decisão de V.Sa. e dos seus advogados, mas eu acho que o Brasil precisa ter alguns esclarecimentos, e esta CPI mais ainda, até porque nosso papel aqui é averiguar o que tem nos autos, e os autos são muito fortes, muito contundentes. Então, as perguntas que eu fiz a V.Sa. foram perguntas que estão nos autos. Então, eu acho que V.Sa. poderia ser um pouco mais explícito aqui e nos ajudar.

O senhor tem certeza de que não gostaria de fazer uma sessão reservada?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Lamento a posição, Deputado. Entendo, mais uma vez, a demanda, as perguntas, mas, por orientação inclusive dos meus advogados, e munido do *habeas corpus*, que é um direito constitucional que nos cabe, eu permanecerei em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O.k., Sr. Presidente. Eu vou agora para o outro depoente aqui hoje, o Sr. Jeferson Salazar.

Sr. Jeferson, preliminarmente, eu gostaria de esclarecer um ponto. Em pesquisas realizados no *Diário da Justiça*, não encontramos nenhum processo judicial em que V.Sa. tenha atuado. V.Sa. poderia esclarecer em que consiste sua atividade como advogado?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Excelência, como eu acabei de dizer, por orientação jurídica do meu advogado, eu me abstenho de responder à pergunta. Peço vênias para permanecer silente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Jorge Victor Rodrigues, denunciado juntamente com V.Sa., afirmou no Senado que houve troca de nomes nas degravações das interceptações telefônicas que trocou com V.Sa. V.Sa. saberia dizer que trocas teriam sido essas?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Excelência, repito, mais uma vez, o meu irrestrito respeito a todos os Parlamentares e a esta Comissão, mas, no mesmo diapasão da resposta anterior, eu peço a V.Exa. para permanecer silente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Em uma das interceptações telefônicas, é citado “o nosso irmão”, que tratou do caso Banco Bozano. Esse “nosso irmão” é Eduardo Cerqueira Leite?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Repito ao senhor, pedindo vênias sempre, com o maior respeito, para permanecer silente.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Nas conversas, V.Sa. mencionou os nomes de Cassiano e *“daquele outro conselheiro”*. Quem são eles?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - A mesma pergunta... A mesma resposta, Excelência. Peço vênica para permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. mencionou, então, na interceptação, um cliente com um problema que envolve em definitivo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, na área da competência da Coordenação-Geral de Assuntos Tributários, e que alguém na Procuradoria tinha a *“boca grande”*. Quem seria esse Procurador corrupto, Sr. Jeferson?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Excelência, na mesma linha, no mesmo comportamento técnico-jurídico orientado pelo meu advogado, que aqui me assiste, peço ao senhor que entenda, para ficar silente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem é Leonardo, com quem um cliente em potencial não chegou a um acordo porque considerou 28 milhões de reais pouco, que trabalhava com Jorge Victor Rodrigues?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - A mesma resposta, Excelência. Permaneço em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem eram as quatro pessoas que receberam 8 milhões em São Paulo? É certo que Eduardo Cerqueira Leite seria uma deles?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Excelência, permaneço em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Por que era importante resolver o processo administrativo de interesse do grupo antes da troca de Governo? Seria por que Otacílio Dantas Cartaxo não mais estaria à frente do CARF? Seria por que Lutero Fernandes do Nascimento poderia não mais ser posição de destaque no órgão?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Em silêncio, a minha permanência, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. cita “Leo”, que trabalhava com Jorge Victor Rodrigues. É o Conselheiro Leonardo Manzan?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Excelência, na mesma linha, permaneço calado.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O que V.Sa. quis dizer com “palmilhar o terreno na Procuradoria”?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Na mesma linha, no mesmo diapasão, permaneço em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Seria terraplanar a corrupção?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Permaneço em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem era o amigo comum que V.Sa. menciona, que daria uma posição no dia 25, que teve que fazer uma viagem meio urgente, que era daqui de Brasília?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Peço ao senhor para ficar calado.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - “Édson”, que é mencionado na interceptação telefônica, é Edson Pereira Rodrigues?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Permaneço em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem faria parte da Procuradoria? A parte da Procuradoria era a revisão da Nota PGFN/CAT 547/2005?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Em silêncio, pedindo vênias.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem era o Conselheiro que não poderia atuar e assinar junto?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Peço vênias para permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. é acusado de ter negociado perdão da sanção de 5 bilhões ao Santander, banco espanhol, e 3 bilhões do Bradesco, e de 1,8 bilhão do Banco Safra. O que V.Sa. tem a dizer a respeito desses fatos?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Absolutamente nada, Excelência. Permaneço em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem era o contato da sua consultoria no Banco Bradesco?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Na mesma minha posição, Excelência.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem era o contato da sua consultoria no Banco Santander?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Peço vênia para permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem era o contato da sua consultoria no Banco Safra?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Peço vênia para permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Jeferson Salazar, acredito que V.Sa. poderia fazer um grande serviço à Nação brasileira e a esta CPI. V.Sa. não desejaria fazer uma audiência reservada com os nobres Parlamentares e esta Mesa para esclarecer alguns fatos e elucidar vários outros que estão ainda meio obscuros aqui nesta CPI?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Excelência, o melhor serviço que vou prestar à Nação é, ao final de todos esses inquéritos, ao final do julgamento, provar a minha inocência. E eu não quero aqui contrariar a orientação do advogado que me assiste. No momento, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas V.Sa. é citado em vários relatórios da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, e também aqui por alguns depoentes anteriores. V.Sa. poderia, sim, contribuir e até provar a sua inocência aqui nesta CPI. Seria muito útil para o Brasil, para os Parlamentares, para o Presidente, para o Relator, se V.Sa. quisesse falar aqui numa sessão reservada. A gente pede aos demais membros, aos assessores e à própria imprensa para se retirarem daqui, para uma sessão reservada, como já aconteceu algumas vezes neste Congresso Nacional e nesta CPI, e o senhor poderia ficar mais à vontade, relatar mais detalhes aqui. Tenho certeza absoluta, Sr. Jeferson, de que o senhor poderia contribuir muito, e sem se autoincriminar.

Acho que o direito constitucional de manter-se em silêncio é um direito que todo cidadão brasileiro tem, mas também contribuir com a Nação brasileira, contribuir nesta CPI, eu acho que deveria ser esta uma obrigação de V.Sa., do Sr. Eduardo Cerqueira Leite e de quem mais viesse com *habeas corpus*. O *habeas corpus* é um instrumento jurídico que é utilizado aqui no Brasil, em algumas CPIs,



mas a gente tem aqui casos específicos em que, quando a sessão é reservada, o depoente se torna mais à vontade para poder falar e para poder contribuir aqui.

Volto a repetir, pela última vez: V.Sa. não desejaria fazer uma audiência pública reservada aqui, com os Parlamentares, para poder contribuir com a Nação brasileira?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Se é que cabe pedido de desculpas, eu faço um pedido de desculpas ao senhor e a todos, para não contrariar a orientação do meu advogado. E a maior e melhor colaboração que eu darei ao meu País, à minha Nação, a todos aqui e todos que estão nos vendo, é, no final de tudo, a prova da minha inocência. Não pratiquei nenhum crime.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O.k., Sr. Presidente, encerro as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, cenas como esta são constrangedoras para o Relator, que se debruça sobre a questão, seleciona perguntas, e para V.Exa., para esta Casa e para o País, que assiste. Eu queria ponderar a V.Exa. que, ouvido inclusive o Plenário, nós evitássemos a repetição desses constrangimentos. Quando um convocado tiver *habeas corpus* e a determinação de não se manifestar, que evitássemos trazê-lo e deixássemos que a Justiça tomasse conta.

Esse pessoal não entendeu ainda que esta é uma oportunidade de auxiliar, inclusive para, se for o caso, beneficiá-los. É uma insensatez ter esse comportamento aqui e, lá na hora, na Justiça, ter que dizer, em outras circunstâncias — e, em alguns casos, inclusive indo para Curitiba. Eu acho que eles estão errados, mas estão cercados de advogados, que devem ser caríssimos, e estão sabendo o que estão fazendo.

Eu acho apenas que deveríamos nós desta Casa, com V.Exa., pela idade — idade pouca, experiência muita —, deveríamos evitar passar por esse constrangimento.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Deputado Heráclito Fortes, faço só um aparte a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu, como Relator — sou bem mais novo que V.Exa. e que o Deputado Pedro Fernandes, mas tenho três mandatos nesta Casa e já venho de uma família de tradição política no Estado da Bahia, nasci tomando mamadeira na política —, eu parto da premissa, até como ser humano, da presunção da inocência.

Então, Sr. Jeferson e Sr. Eduardo, na minha lida pessoal, já começo achando que V.Sas. têm a presunção da inocência. Então, corroborando o que V.Exa. falou, seria até útil aos dois depoentes a presunção da inocência, que contribuíssem para a presunção da inocência. Eu acho que se calar, eu acho que se manter em silêncio prejudica V.Sas. Analisando de uma forma jurídica, prejudica V.Sas. Esta é uma casa política, V.Sas. poderiam contribuir um pouco mais aqui.

Então, volto a fazer um apelo aos dois depoentes: pergunto se não gostariam de fazer uma audiência pública aqui, reservada, com os Parlamentares desta CPI, partindo do princípio da presunção da inocência. Eu acho que a presunção da inocência, todos nós, cidadãos de bem, temos direito a ela. E acho que com V.Sas. não poderia ser diferente. Então, volto aqui a fazer esse apelo, tanto ao Sr. Jeferson quanto ao Sr. Eduardo, se não topam fazer aqui uma sessão reservada, partindo da premissa da presunção da inocência.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Eu abduco, Excelência.

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Eu entendo e respeito, e muito, o nobre Deputado, mas, como já tenho antecipado, responderei às questões no âmbito judicial, até porque já me encontro como denunciado. Portanto, o que me resta é a prova da minha inocência junto à esfera judicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu ouvi as ponderações do Deputado Heráclito Fortes, mas eu vou passar a palavra para os autores dos requerimentos e para os que estão na lista de inscritos. Aqueles que concordarem com o Deputado Heráclito, naturalmente vão declinando de falar.

Então, na sequência, concedo a palavra aos autores dos requerimentos, por 10 minutos.



Com a palavra o Deputado Rubens Bueno. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Izalci, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu entendo, é evidente que nós temos que respeitar o direito constitucional, mas a CPI também não é apenas para apurar e acusar alguém. Nós precisamos aqui tirar algumas dúvidas, inclusive técnicas, e V.Sas. têm essa capacidade de nos ajudar.

Eu não vou entrar no detalhe aqui, porque, na prática, todas as perguntas seriam feitas em função das interceptações telefônicas — essas seriam as perguntas. É público, não teria muito a acrescentar.

Mas eu gostaria de perguntar a V.Sas., primeiro... Nós temos uma dúvida aqui na CPI, porque eu acho que tanto o caso do Santander quanto o do Banco Safra — ou Bozano, se não me engano — têm uma questão de ágio, e essas questões são muito complexas. Só um técnico mesmo para entender isso. E, às vezes, as pessoas não entendem e acabam tirando conclusões precipitadas.

Eu gostaria de pedir a V.Sas., Sr. Eduardo e o Sr. Salazar, que são técnicos qualificados da Receita, que explicassem para a Comissão o que é essa questão do ágio, porque eu acho que aqui o grande problema é a questão de interpretação. E acho até que V.Sa., como advogado, e já aposentado, está exercendo a função, o que a lei lhe permite... E vejo que nesses casos aqui... Por exemplo, o Bradesco. Informaram-me aqui que não foi nem julgado ainda, e está-se falando em pagamento de propina em uma coisa que não foi... Aliás, o Bradesco ganhou por unanimidade.

Então, eu gostaria de aproveitar este momento, que pode nos ajudar muito, porque acho que a maioria dos Deputados aqui ainda não entenderam bem essa questão do ágio. V.Sa., Sr. Salazar, poderia explicar para nós que interpretação é essa? Por que algumas Turmas entendiam de uma forma, e outras Turmas, de outra? Como era a questão do ágio?

Havia uma legislação que permitia, quando da compra de outra empresa, a contabilização dessa diferença do preço de mercado e o abatimento do imposto, mas alguns não entendiam dessa forma. Foi basicamente em cima disso que se geraram muitos autos de infração dos bancos.



V.Sa. poderia nos explicar só essa questão do ágio, como é que funciona isso, qual interpretação que V.Sa. dava a isso? *(Pausa.)*

Isso não vai comprometê-lo. É só isto: o que é ágio?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Peço desculpas, peço perdão, peço vênia, peço o que o senhor quiser como Deputado, mas eu não gostaria de mencionar nada sobre os assuntos da Operação Zelotes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Eduardo, V.Sa. também não pode nos explicar nada sobre a questão do ágio?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Nobre Deputado, eu respeito...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso não vai implicar nada. É uma questão técnica.

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Não, não, eu sei. Até porque eu disse, inicialmente, que eu nunca fui membro do CARF, nunca julguei. Não tenho nem esse conhecimento de julgamentos divergentes...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah, V.Sa. não era auditor. Auditor era apenas o Sr. Salazar. V.Sa. participava apenas como interlocutor.

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Eu não tenho nada a dizer, Deputado. Eu não tenho nada a responder a respeito disso. Não vou colaborar em nada com a minha... com o meu entendimento ou com eventual... Não vou.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Deputado Izalci, só para ilustrar para V.Exa.: eu entrei com requerimento na sexta-feira, salvo engano, de número 341, pedindo ao CARF que encaminhe a esta Comissão todos os objetos de ágio interno, para aqui nos debruçarmos sobre eles. Sabemos que o ágio interno é um instrumento jurídico e contábil, que, muitas vezes, é usado corretamente e, outras vezes, é usado, num planejamento tributário tortuoso, para não pagar tributo.

Então, para dirimir essa dúvida, eu solicitei aqui no Requerimento nº 341 ou 342, que vamos votar — espero que seja votado o mais breve possível, já pedi ao Presidente para pautar esse requerimento —, que a Receita Federal, junto com o CARF, nos encaminhe, o mais rápido possível, todos os casos que têm ágio interno. Daí vamos nos debruçar com as nossas assessorias, a assessoria da Comissão, para poder averiguar, tentar perceber quais foram as empresas que usaram do instrumento do ágio interno tortuoso e trazer essas empresas para se explicarem.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu não sei como é que nós poderíamos fazer aqui, porque é evidente que a Constituição, a legislação, dá realmente todo esse respaldo ao silêncio. Agora, determinadas matérias que não têm nada a ver, que não comprometem em nada?! É um negócio muito estranho. Eu sei que há um certo cuidado dos advogados, mas eu acho que esse HC, quando é dado, não é tão amplo quanto se imagina. Em algumas coisas, quando não prejudicam a parte, eu acho que caberia contribuir, se não me falha... Eu não sou advogado.

Mas também concordo: é deprimente para nós e desgastante perder tempo e dinheiro até, porque isso tem um custo. Chega-se aqui e não se fala nada. Nós temos que ver de que forma esta CPI — e talvez com o próprio Supremo, conversando com os Ministros... É evidente que ninguém pode exigir que a pessoa se prejudique, que declare alguma coisa que possa prejudicá-la, mas em questões como esta, por exemplo — “*O que é ágio?*” —, que não tem nada a ver com a questão individual, é deprimente quando a pessoa não se presta a esse tipo de colaboração. Então, realmente, é melhor nem convidá-las ou trazê-las a esta sala, para expor os Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado Izalci.

Deputado Joaquim Passarinho. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Carlos Sampaio. (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu estava aqui analisando inclusive o currículo dos nossos depoentes. O Sr. Eduardo Cerqueira Leite é formado na Escola Politécnica da USP, não é?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E depois na FGV. O senhor tem um curso complementar da Fundação Getulio Vargas. O senhor é uma pessoa que me parece, assim, bastante capacitada e tal. Ao mesmo tempo, a denúncia do Ministério Público, arrolada com provas e com o acompanhamento ou monitoramento da



Polícia Federal, mostra que o senhor se envolveu em um esquema organizativo criminoso e de achacamento. O senhor é um funcionário de carreira da Receita Federal, bem-remunerado. Por que é que o senhor partiu para esse mundo, digamos assim?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Eu não tenho nada a declarar, Deputado Ivan Valente, com todo o respeito ao senhor e à pergunta. Eu já repeti aqui outras vezes que entendo o papel da Comissão, o objetivo da Comissão, mas, sob a orientação dos meus advogados, eu permanecerei em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E principalmente porque, no caso do senhor e do Sr. Salazar, a escolha é feita geralmente em torno de grandes bancos. Então, são somas grandes que estão em jogo.

Eu queria perguntar o seguinte: V.Sa. tem contas no exterior?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Nada a declarar, Deputado. Não tenho nada a responder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Sa. passou recursos para terceiros — parentes, amigos —, propriedades desse tipo, através de dinheiro de propina?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Não tenho nada a responder, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito bem, eu vou ler aqui, Sr. Presidente, a denúncia apresentada pelo MPF, que aponta a participação de Joseph Safra no esquema de corrupção. Diz o seguinte: “*Safra representa a maioria do capital social do grupo [...]*” — cujo valor é cerca de 4,3 bilhões de reais. Como os processos em trâmite no CARF discutiam valores de aproximadamente 1,8 bilhão de reais, representariam 40% do capital social do banco.

Em seguida, a denúncia afirma:

“[...] o desejo de João Inácio Puga” — que era o executivo — “e Joseph Safra foi alcançado: realização do juízo de admissibilidade do recurso especial da fazenda para, nas palavras de EDUARDO, ‘poder andar exatamente esse recurso pra poder destravar a pauta’.”

V.Sa. confirma que Safra tinha ciência do esquema e, em conjunto com João Puga, era operador de atos de corrupção?



O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Não tenho nada a dizer, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual a sua relação com Lutero do Nascimento? Conhece?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Não tenho nada a dizer.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Sa. pode detalhar a participação do Sr. Otacílio Cartaxo no esquema?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Com todo o respeito, não tenho nada a declarar, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero descrever aqui agora, Sr. Presidente, uma denúncia apresentada pelo Ministério Público:

“Em 28/07/2014, JORGE VICTOR RODRIGUES recebeu de JEFERSON SALAZAR” — o senhor, aqui — “encaminhamento de 7 (sete) processos (fontes de corrupção) para atuarem junto ao CARF, deixando claro seu papel de arregimentador de corruptores para o grupo. Um desses clientes era a JS, empresa do grupo SAFRA, representada nos atos de corrupção por JOÃO INÁCIO PUGA.

O diálogo interceptado em 28/07/2014 (...) apresenta as tratativas (...) dos agentes (...).

Para tanto” — vários deles —, “JORGE VICTOR, JEFERSON SALAZAR e EDUARDO CERQUEIRA LEITE combinaram um encontro (...) em Brasília (...)

A reunião ocorreu e a definição de trabalhar para JS foi sacramentada. Em 30/07/2014” — grampeados — “após falarem sobre outro aparente esquema criminoso, Lutero e Jorge comemoraram (...): “Foi boa a reunião, né? Excelente! Excelente, muito boa... (...) muito bacana... É... Pode dar samba!”

O senhor pode esclarecer o que é esse “pode dar samba”, que foi tratado nessa reunião?



O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Com todo o respeito, com minhas desculpas, eu não tenho nada a dizer, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu entendi que o Sr. Jeferson Ribeiro Salazar disse que, apesar de não querer falar nada na CPI, o senhor colocou que é absolutamente inocente das acusações que lhe são imputadas na denúncia. Mas o Sr. Eduardo Cerqueira Leite não colocou essa questão. A pergunta é para o senhor agora: o senhor colocou com convicção que é inocente? Por que o senhor não fala aqui na reunião?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Por orientação jurídica, do meu advogado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas se o senhor é inocente, isso aqui é uma tribuna de defesa para o senhor.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Mas eu vou cumprir a orientação jurídica do meu advogado, Dr. Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito bem. Uma última questão, que também é para os dois, Sr. Presidente, a respeito do Bradesco. Vocês costumam priorizar os despachos destinados a grandes empresas e bancos, conferindo estranha celeridade a determinados processos, conforme demonstrado na denúncia.

“Um relatório da Polícia Federal” — obtido pelo jornal O Estado de S.Paulo — “indica que o grupo investigado por corromper integrantes do CARF teria conversado com o banco Bradesco a respeito de um ‘contrato’ para anular débito de R\$ 3 bilhões com a Receita Federal.”

Os senhores veem que os recursos são grandes mesmo, do Safra, do Bradesco e tal.

“Segundo o inquérito, o esquema para apagar o débito foi articulado pelo auditor fiscal e ex-conselheiro do CARF, Jorge Victor Rodrigues, sócio da SBS Consultoria (...); Lutero Fernandes (...), assessor do ex-presidente Otacílio Cartaxo; e (...)Jeferson Ribeiro Salazar.”

De acordo com o *Estadão*:



“O grupo acionou o auditor da Receita, Eduardo Cerqueira Leite, para uma reunião com o banco.”

Com o banco, o senhor é que fez o contato com o banco.

“O encontro foi monitorado pela PF e, segundo o inquérito, ocorreu no último dia 9 de outubro, na sede do Bradesco, em Osasco. O relatório indica que, além de uma breve participação de” — o senhor presidente do Grupo Bradesco — “Trabuco, que também estiveram na reunião o diretor de Relações (...) Luiz Carlos Angelotti e um dos vice-presidentes do banco, Domingos Figueiredo de Abreu.”

Eu queria saber se o senhor participou de uma reunião com a diretoria do banco Bradesco, em São Paulo, para tratar dessa atuação bilionária do banco Bradesco. Poderia responder se a diretoria do Bradesco aceitou a proposta? E a outra: houve uma participação efetiva do Sr. Luiz Trabuco, Presidente do Bradesco?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Com todo o respeito, Deputado, não tenho nada a responder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor participou também dessa empreitada?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não participei e não tenho nada a responder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não participou? Mas a denúncia da Polícia Federal, o monitoramento diz que sim.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não posso adentrar, na mesma linha da minha orientação, Excelência.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, Sr. Presidente, eu queria aproveitar esse último minuto para colocar o seguinte: eu acho que nós já trouxemos, na vez passada, dois advogados, ou então conselheiros do CARF, ou agentes intermediários, mas nós não conseguimos trazer os empresários. Então, eu queria perguntar a V.Exa. se está prevista a vinda do Joseph Safra e do Puga.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eles apresentaram motivo de doença, e, como nós aqui falamos, na sessão passada, foram adiadas essas oitivas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não está remarcada, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Ainda não. Porque nós temos um calendário. Já temos para a quinta-feira, para a próxima terça e a outra quinta já está acertado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou colocando isso, Presidente, porque acho que temos que ter uma sequência para explorar os casos de maneira que não fique seccionado o debate, apesar do silêncio dos depoentes que vêm aqui. Uma última coisa, Presidente, pergunto a V.Exa. se é possível fazer as reuniões da CPI às terças-feiras à tarde. Não sei se isso já foi discutido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu gostaria de ouvir... O Deputado Marcus Pestana sugeriu, mas eu não coloquei em votação na semana passada porque o quórum ficou esvaziado. Eu pergunto aqui agora, fazendo uma pausa nos trabalhos, se os demais concordam em passarmos para terça-feira à tarde. (*Pausa.*)

Esta foi uma aprovação, terça-feira pela manhã. Para mudar tem que ter aprovação também.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Terça-feira à tarde, por exemplo, no meu caso — eu sou Vice-Presidente do Parlamento MERCOSUL, representando o Brasil, por generosidade dos pares —, eu teria dificuldade, se fosse no início da tarde. No final da tarde, há a Ordem do Dia. Eu defenderia, se fosse para mudar, que fosse mais cedo na própria terça-feira. Por quê? Pela minha experiência, pela minha atividade parlamentar, quanto mais o dia passa pior fica do ponto de vista de agenda. Então, eu preferiria antecipar, que fosse às 10 horas, pelo menos. Senão comprometemos a manhã, a tarde e a hora do almoço. É tudo hora de trabalho, normalmente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Eu acompanharia o Deputado Ivan Valente em sua sugestão, mas eu também concordo que, caso não seja possível terça-feira à tarde, para ser mais produtivo, desencostar das 11 horas, seja, um pouco mais cedo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, ficou demonstrado que, às terças-feiras, pela manhã especialmente, há espaço. E aqui é óbvio que sempre é bem aproveitada essa manhã de terça-feira. Na terça-feira na parte da tarde já há a CCJ, que tem obviamente outras demandas. Acredito que, se fizermos um esforço para a manutenção da terça-feira, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Quero concordar com os Deputados Arlindo Chinaglia e Hugo Leal que se posicionaram a favor de que continue pela manhã da terça-feira, até porque há a CCJ e a Ordem do Dia também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Antecipando?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Antecipando para as 9 horas, 10 horas da terça-feira. De preferência, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A consulta de V.Exa. era sobre passarmos para a tarde, agora já estão conseguindo aprovar para passar para mais cedo, em vez de ser às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu estou ouvindo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Era um pleito de todos. Acho que seria prudente, se estiver marcado para as 11 horas, descolar do horário do almoço e marcar para as 10h30min. Começamos às 10h30min e entramos pela hora do almoço mesmo. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Quem mais gostaria de falar?

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE Solla - Acompanho a proposta de 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Marcus Pestana, a sua ideia...



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Diante do pronunciamento... Tradicionalmente as CPIs e as Comissões Especiais funcionam nas terças-feiras à tarde e nas quintas-feiras pela manhã. Mas diante do pronunciamento fica claro que... Eu me preocupo em fazermos a semana de terça-feira à quinta-feira aqui. É uma necessidade do nosso mandato ter contato, e os voos não estão favorecendo tanto. Mas diante do pronunciamento de todos aqui, que podem vir na segunda-feira à noite, não há tanta cobrança nas bases — talvez o povo mineiro seja mais diligente nessas cobranças —, eu retiro a proposta. Eu acho que está claro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Então, vamos fazer na terça-feira, às 10 horas? Está bom? Então, ficará para terça-feira, às 10 horas. Eu acho que é uma CPI importante, nós temos prazo até o dia 2 de junho para terminar esta CPI. Quanto mais cedo nós correremos...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A minha retirada é em homenagem ao novo cabelo do Deputado Hugo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - É moda.

Vou passar a palavra ao primeiro inscrito Deputado Arlindo Chinaglia.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, vou aproveitar inicialmente para insistir numa proposta. Nós estamos, possivelmente, na iminência de trazer aqui a assessoria da Polícia Federal e de outros órgãos para nos auxiliar. Faço esta observação porque creio que, nesse tipo de audiência, nós estamos correndo dois riscos: primeiro, queimar o cartucho, respeitosamente, nós não podemos mais convidar alguns com os quais eventualmente gostaríamos de aprofundar; e, segundo, com *habeas corpus* ou não, esse interrogatório fica num exercício em que, no máximo, o Parlamentar pode mudar o tom de voz, o que eu não pretendo fazer aqui.

Eu queria, então, sugerir, se V.Exa. e os demais pares concordarem, que nós fizéssemos uma reunião para organizar os trabalhos da CPI. Talvez devêssemos inverter algumas das convocações para que essas audiências, enfim, sejam eventualmente mais proveitosas. O.k.?

As perguntas que vou fazer, portanto, é para que nos preparemos para um eventual futuro. Eles aqui podem se negar a responder, mas não podem mentir.



Quero fazer uma pergunta ao Sr. Eduardo. Surpreendeu-me — assim eu interpretei — quando V.Sa. disse que não conhecia o Sr. Otacílio Cartaxo. O senhor não conhece o Sr. Otacílio Cartaxo?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Eu não tenho nada a responder, Deputado. Eu já antecipei. Vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. O senhor não pretende responder nenhuma das perguntas. Então, vamo-nos poupar. Da mesma maneira, tenho uma pergunta ao Sr. Jeferson. O senhor é um funcionário de carreira aposentado. Quero fazer as mesmas perguntas para ambos. Primeiro, os cargos que ocuparam na Receita... teve alguma indicação da própria estrutura? Foi indicação de alguma entidade empresarial? Ou teve até algum tipo, na interpretação dos senhores, como indicação política. A primeira pergunta. A segunda pergunta é especialmente para o Sr. Jeferson: o senhor, de um período para cá, exerce a função de advogado. Na sua opinião, a OAB não acompanhava o trabalho dos escritórios de advocacia que envolviam o trabalho do CARF? Vou dar um exemplo: é impossível alguém imaginar que os escritórios de advocacia não conheçam o trabalho do CADE. Vou falar de outro órgão que também lida com volumes altos, dependendo da fusão, da incorporação, etc. E desta pergunta decorre a terceira a pergunta. Na opinião dos senhores... Eu vou antecipar a minha. É difícil alguém que não estivesse lá acreditar que não houvesse aquele ambiente de se saber qual é o jogo que está sendo jogado. Qual é o jogo que estava sendo jogado? Perdões de multas ou dívidas vultosas! E, ao que tudo indica, segundo as investigações, os pagamentos eram também altos, seja para escritório de advocacia, envolvendo funcionários da ativa do CARF, conselheiros do CARF que teriam sido corrompidos. Diante disso, indago dos dois o seguinte: nunca nenhum conselheiro, nenhuma autoridade, como a OAB, nunca ninguém se interessou, desde quando a Zelotes explodiu, em indagar se aqueles valores iam em prejuízo dos interesses da União? É a pergunta que eu faço aos senhores.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Posso começar a responder?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois não.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - O senhor fez três perguntas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.



O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Duas — como sempre, eu vou pedir vênua, vou pedir paciência, peço desculpas — não me vou adentrar, por orientação do meu advogado e pelo *habeas corpus*. Uma pergunta eu vou responder. O senhor falou sobre os cargos e se foi indicação política. Eu entrei na Receita, em 1979, por concurso público. Foi publicado no *Diário Oficial*, se não me falha a memória, em 14 de abril de 1979. Fiz concurso em São Paulo. Fui lotado em São Paulo. Fiquei 15 dias em Brasília, fui para a Manaus. E, durante 24 anos, ocupei todos os cargos de baixo para cima. Então, fui por concurso público, sem a ajuda de ninguém. Fui chamado para o Brasil inteiro. Eu acredito, salvo melhor juízo, muito humilde que me considero e nordestino que sou... Acho que nenhum fiscal até hoje, na história da Receita, ocupou todos os cargos, e por tantas vezes que eu ocupei. Na estrutura antiga, da minha época, porque estou aposentado desde 2002/2003, a menor célula administrativa da Receita é supervisão de grupo. Um auditor fiscal chefia de 8, 10 a 12, mais ou menos. Acima disso, é um chefe de divisão, que supervisiona 8 ou 10 supervisores de grupo. E, acima disso, é uma delegacia, que tinha, na época, 2, 3 ou 4... o tamanho das delegacias. Eram 72 no Brasil inteiro. E, depois, as superintendências, que são até hoje em número de dez. Eu fui por três vezes Supervisor, três vezes Chefe de Divisão, três vezes Delegado, três vezes Superintendente da Receita. Fui chamado para a administração para o Brasil inteiro. Eu servi por duas vezes em Manaus, em Belém, em Santarém, Rio de Janeiro e São Paulo. Acho que respondi a pergunta do senhor. Fui por concurso público e, pelos desígnios da vida, eu me dediquei totalmente ao órgão. E não tenho em meus registros nem uma testemunha de nada. E fui Superintendente em São Paulo por duas vezes. É muito difícil isso acontecer.

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Em relação às perguntas do nobre Deputado Arlindo Chinaglia, como nas demais, eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Encerrei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Hildo Rocha, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Deputado Pedro Fernandes, que preside esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Srs. Deputados, está claro que o



direito constitucional ao silêncio é para que a pessoa não produza provas contra si mesma. Ao negarem aqui essa oportunidade que esta Comissão está dando para os senhores se defenderem, quero dizer que as perguntas aqui colocadas até agora foram no sentido de uma grande oportunidade para a defesa dos senhores. A sociedade hoje os tem como aqueles que traíram o órgão ao qual pertenceram. O senhor falou que entrou na Receita Federal em 1974. O senhor também ainda faz parte dos quadros da Receita Federal. E ambos, de maneira vil, traíram a confiança dos colegas dos senhores, traíram o nosso País, ao trabalharem contra a própria Fazenda Nacional, levando inclusive informações que os senhores tinham, por ocuparem cargos públicos, aos contribuintes devedores de tributos. Os senhores fizeram um mal muito grande ao nosso País. Esse dinheiro que deixou de ser recolhido aos cofres da União seriam recursos destinados à saúde pública. Estamos vendo aí diversas pessoas morrerem em filas de hospitais. O *chikungunya* está imperando porque não se consegue combater o mosquito *Aedes aegypti*, muitas vezes, por falta de recursos. Esses recursos não chegaram aos cofres porque os senhores traíram o nosso País. É o que dizem as investigações. As investigações estão dizendo isso. E os senhores estão tendo uma oportunidade para se defenderem perante a Nação, perante as suas famílias e seus amigos. Tenho certeza de que estão decepcionados com os senhores. Então, essa oportunidade que está sendo dada por esta Comissão é uma oportunidade ímpar. Os advogados que os auxiliam deveriam permitir que os senhores respondessem essas perguntas. Muitas dessas perguntas não estão criando nenhuma prova contra os senhores.

Portanto, quero inclusive, Sr. Presidente, propor realmente uma reunião para que organizemos melhor essa pauta, para evitar que haja o convite, que se disponha toda essa quantidade de servidores, uma despesa enorme que nós temos, e que os senhores convocados fiquem apenas silentes com relação às perguntas que nós estamos fazendo.

Isso confirma que, de fato, eles são responsáveis pelo maior escândalo de sonegação de tributos no nosso País, que já deu até agora um prejuízo ao Erário de 19 bilhões e 500 milhões, dinheiro suficiente para evitar que nós tenhamos novos tributos, como a CPMF. E 19 bilhões e meio é o que iríamos arrecadar se tivéssemos a CPMF neste ano.



Os senhores causaram esse prejuízo enorme ao nosso País. São crianças que estão perdendo a oportunidade de estudar em escolas boas, professores estão deixando de ganhar mais, porque os senhores fizeram com que os contribuintes dos quais deveriam ser recolhidos recursos, tributos ao nosso País, os usassem, aumentando a nossa desigualdade social.

É terrível isso que os senhores fazem, e ainda dão mau exemplo à nossa sociedade!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado Hildo Rocha.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Cury por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Parlamentares, como os nossos convocados estão usando da prerrogativa de não falar, eu só queria registrar aqui que parece que as pessoas não têm compreendido o momento pelo qual o Brasil passa.

Em todos esses sistemas que foram montados, percebemos que eles tiveram uma boa formação educacional e que eles estão bem enrolados nessa história. Eu estudei o assunto e preparei várias perguntas também.

O que percebemos é que uma parte da sociedade, principalmente a envolvida em todos esses escândalos, não só neste, mas em outros, não estão percebendo o que está acontecendo com o País.

O País está mudando. O grau de tolerância da sociedade está diminuindo drasticamente em relação a todos os envolvidos, em relação à classe política, envolvida ou não. Ontem mesmo, houve um episódio lamentável do Presidente interino da Câmara. Eu não encontro outra palavra, a não ser dizer que foi uma “patetada” junto com o Governador do Maranhão e o Advogado-Geral da União.

O que isso mostra para nós? Mostra a sua não qualidade técnica? Não! Mostra que eles não têm a sensibilidade com o que está acontecendo com o País.

A sociedade está mudando rapidamente. Isso é bom. E a impressão que eu tenho é a de que os senhores não compreenderam isso, não pelos atos que praticaram ou possivelmente praticaram. Não compreenderam a transformação que está ocorrendo neste momento e ocorrerá nos próximos meses, e, nos próximos 2, 3



anos, o número de pessoas que serão punidas, o número de Parlamentares que perderão seus mandatos, a nova matriz econômica que nascerá disso tudo, ou seja, o novo modelo econômico que nascerá disso tudo. Eu lamento!

Espero que os senhores reflitam. Eu estou cumprindo o meu dever em relação às pessoas que me trouxeram para esta Casa. Eu devo isso a elas.

Espero que os senhores reflitam. Os senhores provavelmente são pessoas privilegiadas, acima da média. Tiveram privilégios legítimos e conquistados, provavelmente. Deveriam refletir isso a partir de agora.

Não serão os seus advogados que irão salvá-los, em minha opinião, com todo o respeito, porque isso é muito maior do que estamos vendo aqui nesta Comissão.

Espero que os senhores reflitam e usem a parte positiva que ganharam da sociedade ao longo desses anos para poder fazer uma contribuição, para que consertemos esse modelo podre e equivocado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Antes de passar a palavra para o próximo orador, quero registrar a presença aqui do nosso Deputado Benito Gama, que é uma referência em termos de CPI nesta Casa. Aliás, deu muito o que falar aquela CPI dos Anões do Orçamento, não é, Deputado? *(Pausa.)*

Do Collor e dos Anões.

Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Paulo Pimenta. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Leonardo Quintão. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Sr. Presidente.

Infelizmente, mais uma vez, estamos participando de uma sessão da CPI em que as pessoas que deveriam estar aqui contribuindo para esclarecer pontos em aberto nas investigações se utilizam de um instrumento para evitar que essa contribuição aconteça.

Eu acho, inclusive, que a CPI deveria — concordo com alguns comentários anteriores — rever um pouco a dinâmica para evitar que percamos esforços e



tempo, com resultados inócuos como este aqui. Presidente, deveríamos lançar mão do instrumento da disponibilidade de sigilos. Isso já foi feito, inclusive, no caso dos dois depoentes, que tiveram seus sigilos quebrados. Afinal, chegou-se a esta investigação através de gravações telefônicas. Ou seja, nós não estamos começando do zero.

Nos casos do Sr. Eduardo Cerqueira Leite e do Sr. Jeferson Ribeiro Salazar, pelo que consta, existem gravações telefônicas, registros feitos pela Polícia Federal, existe documentação, inclusive fotográfica, de participação em reuniões. Ou seja, não são acusações imprecisas, vagas, difusas. Os dois são réus na investigação, com quebra de sigilo que documenta a qualificação, inclusive estabelece o papel de cada um nesses processos.

São processos no valor de 7,5 bilhões de reais, que envolvem três grandes empresas: os bancos Santander, Bradesco e JS Safra. Não são processos pequenos. Muito pelo contrário, estamos falando de alguns dos maiores sonegadores deste País.

Tenho uma pergunta, Presidente. Até onde eu sei... E queria que me confirmassem isso. Se eles não responderem, com certeza, teremos quem possa confirmar essas suspeitas. O Sr. Eduardo Leite e o Sr. Jeferson Ribeiro Salazar não foram alvos de conduções coercitivas, tampouco os dirigentes do Santander, do Bradesco e do Safra. Não foram. O Sr. Jeferson Salazar e o Sr. Eduardo Leite, assim como os dirigentes dessas três empresas, repito, que estão entre os maiores sonegadores deste País, não foram alvo de prisão preventiva. Não estão na cadeia em Curitiba até que resolvam fazer delações premiadas, tensionados — para não usar termos piores — a acusar quem quer que seja, sob pena de passarem 30, 40, 50 anos na cadeia ou sob pena de não saírem de prisões preventivas ilegais enquanto não assinarem delações premiadas que acusem terceiros. Eu pergunto: por que é tão diferente o método investigativo dessa Operação do método de outras operações? Por que é tão diferente? Por que um ex-ministro da Fazenda é alvo de condução coercitiva sem nunca ter se negado a depor, e, no entanto, empresários, dirigentes, ex-dirigentes intermediários da Receita, já comprovadamente réus, não são alvo de nenhuma operação dessa natureza? O que faz com que os dirigentes da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça tenham medidas tão diferentes na



condução dos métodos investigativos? Será que é em função de quem são as empresas?

Tentei até comparar, Presidente, para ver o que pode estar causando a diferença. Será que é porque umas são grandes empreiteiras, grandes empregadoras, contratadas pelo poder público para executar um grande número de obras? E, se forem paralisadas, isso significará desemprego, significará prejuízo não só para a arrecadação, mas, principalmente, para os trabalhadores contratados? Ou é porque outras são, principalmente, grandes sonegadas, ou seja, não pagam imposto?

Neste País, parece que não pagar imposto é um crime menor. Sonegação não é vista como algo que tem que ser... Parece que sonegação não tem nada a ver com corrupção.

Infelizmente, sei que eles não vão responder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Vou concluir. Eu gostaria que alguém pudesse dar pistas e explicar a forma como é conduzido esse processo, com dois réus... Repito: o Sr. Eduardo Leite e o Sr. Jeferson Salazar estão na condição de réus, com provas de ligações que foram monitoradas, com fotografias de participação em reuniões, com rastreamento das ações e do aliciamento que eles fizeram. Por que réus e empresários já comprometidos são tratados de acordo com as benesses da Justiça, enquanto outros empresários de ramos diferentes, com crimes diferentes, com naturezas diferentes de sua culpabilidade, e ex-dirigentes, não intermediários da Receita, e até Ministros são tratados de forma tão drástica por parte dos mesmos órgãos, nas mesmas investigações? Eu não consigo entender isso, Sr. Presidente.

Infelizmente, a seletividade da condução da Justiça e a seletividade das apurações me espantam num País que a cada dia mais surpreende a sua população. Mas quem faz um golpe e rasga 54 bilhões de votos pode fazer qualquer coisa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Eu pergunto ao Sr. Eduardo: gostaria de falar alguma coisa?



O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Não, nada a responder, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Sr. Jeferson?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não, Excelência, absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Passo a palavra para o Deputado Silas Freire, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Sr. Presidente, estou frustrado pela negativa de resposta dos convidados, mas eu vou insistir. O Sr. Eduardo Cerqueira disse, com todas as letras, que era inocente.

A primeira pergunta minha, a que pode se negar a responder, é: o que o senhor acha desta CPI? Qual é a sua concepção desta Comissão Parlamentar de Inquérito? V.Sa. está se dispondo a responder em juízo a tudo o que for necessário, e a esta Comissão, não. Esta Comissão representa o Parlamento brasileiro; bem ou mal, representa o povo brasileiro. O que o senhor acha desta CPI?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Nobre Deputado, eu já disse, desde a primeira intervenção, eu respeito enormemente a CPI, respeito os seus membros, mas é um direito que me assiste, constitucional que me assiste, por orientação dos meus advogados. Eu já sou denunciado e vou responder em juízo.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O senhor teme dizer algo aqui que não se confirme lá na Justiça? O senhor teme alguma contradição, já que o senhor disse que é inocente? A inocência é como a verdade. Ela não tem curva. Então, a mesma coisa que o senhor diria na Justiça o senhor poderia dizer aqui. O senhor teme isso, alguma contradição?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Eu respeito a indagação de V.Exa., mas vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O senhor reafirma, diante de todas as provas, de todas as colocações da Polícia e do Ministério Público, que o senhor é inocente?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Eu disse, desde o início, que vou apresentar as minhas, as minhas eventuais provas ou as provas na Justiça — eu já disse desde o início. Eu não disse aqui em nenhum momento que eu era inocente.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O senhor disse que não...



O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Textualmente, como foi mencionado, eu não disse. Eu disse que respeito a CPI, respeito o objetivo da CPI.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Ah, o senhor não disse que era inocente?! Então, desculpe-me.

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Eu não disse, com as palavras textuais, que sou inocente. Eu disse que vou responder e vou apresentar a minha defesa perante a Justiça. Foi isso que eu disse. Respeito V.Exa. e a indagação.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - V.Sa. confia na estratégia jurídica do seu corpo de advogados ou na sua verdade?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE - Mais uma vez, respeito a colocação, mas eu vou me manter em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O senhor é inocente, Sr. Jeferson Ribeiro Salazar?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Sou inocente até prova em contrário.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Mas a Polícia e o Ministério Público não estão dizendo isso.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Sim. Estão investigando. Estão investigando. Sou denunciado. Mas o processo está em andamento e quem vai definir isso, em última análise, em última instância, é a Justiça.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Essa sua inocência será provada por uma estratégia jurídica dos seus advogados ou pela sua verdade, Dr. Jeferson?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Pela minha verdade e no momento oportuno — no momento oportuno, que será no fim do processo, no julgamento.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Você tem consciência da sua verdade?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Sim, com certeza. Não vão conseguir provar nada, nenhum crime praticado por mim!

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O seu silêncio diante do Parlamento brasileiro não pode prejudicar a sua ausência de culpa?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não acredito. O meu silêncio é baseado na Constituição, no direito individual, na estratégia do meu advogado e amparado por um *habeas corpus*.



O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O que o senhor acha que nós estamos fazendo aqui? O que o senhor acha da CPI?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Nossa, prestando um grande e irrelevante serviço ao Brasil!

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Mas como se o senhor vem aqui e não quer dizer nada?!

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Eu disse ao senhor, no meu início, que eu tecia...

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Mas o senhor vem aqui e não quer dizer nada!

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não. Mas é uma situação... O fato de eu não dizer nada não significa que eu não a esteja prestigiando. Eu disse que eu teceria à Comissão e aos seus membros o meu mais absoluto e irrestrito respeito constitucional, legal e regimental. Isso não significa que eu tenha que...

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O senhor acredita que esta CPI pode colaborar com os esclarecimentos?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Com certeza absoluta! Com certeza absoluta!

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Como é que o senhor acredita nisso e aqui não quer dizer nada à gente?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Eu apenas sou um dos cidadãos investigados.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O senhor não está com medo de dizer aqui uma coisa e outra coisa à Justiça?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não, não tenho medo. Eu confio na Justiça.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - O senhor confia na Justiça?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Confio absolutamente na Justiça.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - E no senhor o senhor confia?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Sim. Também em mim. Tenho que confiar em mim.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Passo a palavra ao Deputado Altineu Côrtes, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, antes de adentrar os questionamentos, que não estão sendo respondidos pelos senhores que estão presentes, eu quero dizer que cheguei um pouquinho atrasado, mas gostaria de parabenizar o Deputado Eduardo Cury pelas palavras referentes ao posicionamento que esta CPI deve ter sobre a notinha — a notinha, não, a nota, a notona —, a matéria do jornal *Folha de S.Paulo* hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Foi assunto de discussão na primeira parte da reunião.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Exatamente. Como eu não estava aqui, quero usar este primeiro minuto para dizer que isso é muito grave. Esta CPI deve se aprofundar nisso para que os membros desta CPI não se sintam aqui, vamos dizer, até acovardados de ter que tomar aqui uma decisão, porque, na realidade, os requerimentos que eu faço e acho que os outros companheiros fazem são em cima do fato em si.

Na semana retrasada, houve uma grande discussão aqui sobre a convocação do Sr. Joseph Safra. Eu propus o requerimento. No entanto, a própria *Folha de S.Paulo*, o *Valor Econômico*, o jornal *O Globo* têm matérias sobre o Sr. Joseph Safra como denunciado.

E outros requerimentos que nós fazemos? Por exemplo, sobre o banco Safra, eu apresentei um requerimento convocando o Sr. Rossano Maranhão Pinto, Presidente do banco Safra, porque eu achei de fundamental importância.

Naquela discussão do requerimento do Sr. Joseph Safra, dois Deputados, se não me engano, votaram contra, dizendo que o Sr. Joseph Safra não era o imediato, quando, na realidade, por todas as interceptações telefônicas, o entendimento do Ministério Público — até sobre os senhores que estão aqui presentes — é que o Sr. Joseph Safra era o grande mandante do Sr. Puga, que tratava dos oferecimentos de propina.

Então, eu acho que esta CPI deve se debruçar nesse assunto, para que nenhum Deputado se sinta constrangido, porque, se o Deputado tiver medo de propor aqui, esta CPI não tem nem razão de ser. Nós estamos tratando aqui com os



maiores do Brasil: são grandes anunciantes do Brasil, grandes empresas, grandes poderosos do Brasil, grandes bilionários do Brasil.

Se um Deputado fez aqui um requerimento e está pedindo alguma coisa a empresário, alguém tem que vir aqui e dizer: *“Foi ele. Pediu a não sei quem tanto. É isso e aquilo”*. Deve denunciar. E o Deputado que responda. Vamos levar essa situação à exaustão.

Quero dar os parabéns ao Deputado Eduardo e àqueles que falaram aqui nesse sentido. Quando eu estava vindo para cá, o meu assessor me passou isso. Eu quero apoiar a iniciativa de V.Exa. e dos Deputados no sentido de nos aprofundarmos nesse assunto, que eu acho que é fundamental para o andamento da CPI.

Sr. Presidente, os depoentes aqui hoje não estão falando. Eu acho que as provas são claras, gravações telefônicas.

Eu vejo e respeito a idade dos senhores. Eu os trato com o maior respeito, mas a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal e o processo a que os senhores estão respondendo apresentam trechos de gravações telefônicas que são absolutamente claros.

Sr. Salazar, a primeira vez que eu vejo o senhor e tenho contato com o senhor é neste momento aqui. E sinto o senhor com uma fisionomia, no meu modo de entender, de arrependimento de estar passando por essa situação. Eu sinto isso. Eu sinto que o senhor está arrependido, constrangido. E acho que a situação é uma situação difícil.

Por exemplo, na conversa que o senhor teve com o Sr. Jorge Victor Rodrigues sobre a propina de 28 milhões, num determinado momento da gravação — e eu gostaria até de lhe fazer esta pergunta —, o senhor afirma que 8 milhões seriam divididos em Brasília. Com quem seria dividido isso aqui em Brasília?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não posso responder.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não pode responder.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não posso responder. Não posso contrariar a orientação do meu advogado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor também, num determinado momento, diz que... o senhor alertou o seu companheiro Jorge Victor



Rodrigues a colocar o prazo máximo de recebimento da propina em dezembro de 2014. Eu pergunto ao senhor: havia um temor por causa da troca do Governo? Por que dezembro de 2014? Acabou o Governo. O senhor teria medo de que um novo Governo pudesse atrapalhar esse esquema de propina?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Na mesma linha, Excelência. Eu não posso responder ao senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, para cumprir aqui o horário, eu vou registrar essas perguntas. Gostaria que V.Exa. pudesse registrá-las nos autos desta CPI.

Lamento muito e acho que realmente a situação dos senhores é uma situação de extrema complexidade, porque as provas são muito contundentes — muito contundentes! São gravações. Ouve-se a voz dos senhores negociando as propinas.

Quero dizer, Sr. Presidente, que esta CPI tem realmente que fazer uma reunião interna, para ver como seria o rito dos próximos depoimentos. Nós estamos tratando aqui dos grandes empresários do Brasil. Se esta CPI se acovardar diante de matéria em jornal... Eu digo isso porque acho que isso acontece. É muito fácil uma pessoa chegar e fazer uma colocação dessas. Agora, esses fatos têm que ser completamente esclarecidos, para o bom andamento desta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Eu tenho certeza de que ela não vai se acovardar, tendo membros da categoria de V.Exa., que é corajoso.

Passo a palavra ao Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, é evidente que nós convocaremos, convidaremos outras pessoas a contribuir com a CPI.

O Sr. Salazar se prontificou, quando perguntado pelo Deputado Arlindo Chinaglia, a fazer um histórico da sua carreira.

V.Sa. mencionou que foi Secretário da Receita de São Paulo.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Eu disse que, pelos desígnios da vida, eu ocupei todos os cargos da estrutura da Receita na linha ascendente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Inclusive o de delegado de São Paulo, não é isso?



O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Inclusive o de Delegado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Só não fui Secretário da Receita.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tá. Mas foi Delegado de São Paulo.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu tinha uma pergunta. Talvez V.Sa. possa contribuir pelo menos com essa, porque fala exatamente nisso aqui.

V.Sa. poderia esclarecer que problema era esse que o banco Bradesco enfrentava na Receita Federal de São Paulo? Quem seria esse inimigo do Bradesco? Numa conversa telefônica do Mário com o Abreu, ele diz assim, alguém ameaçou que poderia sair no jornal que o banco Bradesco mandou prender o chefe de tributação de São Paulo ou, sugeriu outra manchete, que o superintendente de São Paulo... e que eles criariam o maior inimigo da face da terra, e que Abreu concordou com isso.

Essa questão da briga do Bradesco com a questão de São Paulo aqui foi no período em que V.Sa. foi delegado?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não, Excelência. Eu estou há 13 anos aposentado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah! Nesse período V.Sa. não era mais...

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Estou há 13 anos aposentado. Vou ao prédio do Ministério da Fazenda para tirar o meu salário, porque a minha conta continua lá.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. não sabe quem seria esse inimigo do Bradesco?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não tenho a mínima ideia.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k.

Sr. Presidente, eu teria uma série de outras indagações. Mas nós vamos aprovar os requerimentos. São outros que podem contribuir.

De fato, eu gostaria muito de aproveitar o conhecimento de V.Sa., só para rever a questão do ágio, porque a grande questão aqui dos bancos...



V.Sa. estava na Receita quando houve essa questão da interpretação do ágio, se poderia ser dedutível ou não?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Já tinha saído. Como eu disse ao senhor, estou há 13 anos...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Já tinha saído da Receita. Mas, como advogado, profissão que depois passou a exercer, V.Sa. fez alguma defesa para qualquer coisa a respeito do ágio na Receita Federal?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não, não fiz.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nunca fez?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k., Sr. Presidente. Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Eu quero agradecer ao Deputado Izalci.

Pelo adiantado da hora, não vou colocar em discussão os requerimentos aqui apresentados, até porque houve solicitação de vários Deputados, que tinham outros compromissos, para não colocá-los hoje em votação.

Deputado Hugo Leal, V.Exa. gostaria de falar?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Quero só reforçar essa manifestação de V.Exa. Por óbvio, muitos dos que já saíram do plenário manifestaram esse interesse na retirada ou no adiamento da apreciação desses requerimentos, até porque, Sr. Presidente, entendo que devemos, pelo menos, aguardar 24 horas para que possa ser apurada essa nota jornalística da coluna *Painel*, da *Folha de S.Paulo*, para saber da sua veracidade e obviamente dos seus desdobramentos.

V.Exa. saberá conduzir de forma bastante correta, como faz aqui na Presidência, os desdobramentos do que possa ser apurado. Até lhe indago sobre esta circunstância. Foi distribuída para os Deputados uma série de requerimentos. Dentre esses requerimentos, há pedidos inclusive de cancelamento de convocação. Isso poderia ter a ver com a nota que saiu hoje na coluna *Painel*, da *Folha de S.Paulo*, ou não tem absolutamente nada a ver, é por outra informação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Não, são pedidos de advogados, que vieram, apresentaram documentação, apresentaram atestados médicos adiando. Mas eu quero reforçar, Deputado Hugo Leal, talvez pela falta de



experiência, que eu não me sinto atingido por essa nota na coluna *Painel*, da *Folha de S.Paulo*.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Não, não. Não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - É o seguinte: é mentirosa a primeira parte, quando ele diz que os empresários vieram à Comissão. Não vieram. Eu represento a Comissão. Então, não vieram e nenhum dos senhores participou. A segunda parte, a última, é verdadeira: nós fizemos uma reunião aqui com o Procurador e apresentamos todos os requerimentos, até por uma questão de segurança, para ver o que ele achava.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Uns 20, embora tendo sido citados pela imprensa, não foram mencionados por eles. Agora, o que é estranho é um componente da Casa, se for real, se escondendo no anonimato para dizer que isso aqui virou algo que não é verdade.

Então, eu vou fazer o esclarecimento. Devo levar isso, na primeira fase, à Corregedoria da Casa, para me aconselhar com ela, e vamos às consequências. Mas eu não me sinto preocupado com isso, não me sinto acovardado com isso, não me sinto acanhado com isso, não me sinto constrangido com isso. E acho que isso faz parte. Quanto mais a imprensa denunciar, quanto mais luz colocar sobre a Comissão, eu acho que mais nós vamos avançar.

Agora, eu vejo por um lado. Quando começou a bater a história, que eu li na madrugada, eu estava no aeroporto, pegando o avião, abri o aplicativo e vi. Eu pensei: *“Começamos a causar preocupação, porque, do contrário, não seríamos atingidos”*.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Vou passar a palavra ao Deputado Covatti Filho e, logo depois, encerrar a reunião.

Tem a palavra o Deputado Covatti Filho.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Obrigado, Sr. Presidente. Quero só registrar que eu não consegui marcar a presença e gostaria que fosse marcada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Está registrada.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Quero agradecer-lhe, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Quero avisar que, na próxima terça-feira, nós vamos passar para as 10 horas, conforme decisão de Plenário.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Mas há quinta-feira, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Na quinta-feira, teremos oitava. Eu levarei os mesmos requerimentos que estão aqui para quinta-feira e poderei acrescentar outros requerimentos.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Imagino que, até quinta-feira, alguns esclarecimentos poderão ser feitos, até mesmo dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - E digo que toda pauta, até agora, é de minha responsabilidade.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, eu quero só fazer um registro aqui da minha fala. Exatamente isso não é preocupação com o acovardamento deste Plenário ou de V.Exa. É muito longe, muito distante disso. Até por V.Exa. ter imparcialidade na condução desses trabalhos — e também o Relator —, nós temos que apurar exatamente. Mesmo que seja um boato, temos pelo menos que procurar de onde saiu isso, para que ninguém fique sob suspeita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - É claro. Eu vou tomar as providências. Já estou até com o telefone do autor da matéria para conversarmos. Ele vai preservar a fonte dele, mas eu vou mostrar o que estou pensando sobre isso.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - É bom deixar bem claro isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Então, eu queria agradecer, Deputado, a sua participação, agradecer ao Sr. Eduardo Cerqueira a sua vinda e lamentar que ele não tenha podido nos ajudar. A mesma coisa eu faço com o Dr. Jeferson Ribeiro Salazar. Agradeço a presença dos senhores advogados, agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, das assessorias, da imprensa e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para quinta-feira, dia 12 de maio, às 9h30min, em plenário a ser definido.